

CADERNO DE PREOCUPAÇÕES SINDICAIS DO SINTAP/AÇORES PARA 2011

Portugal, e por consequência a Região Autónoma dos Açores, confronta-se hoje com uma crise económica, financeira e social difícil, sem precedentes na nossa história recente, acentuada pelas políticas de austeridade impostas pela União Europeia e outras instâncias internacionais e pela incapacidade de a nível nacional serem prosseguidas políticas de crescimento, de competitividade e de emprego.

A política de rendimentos dos trabalhadores foi marcada pelo contexto de crise e pelos apelos à moderação salarial. Após o aumento de 2,9% registado em 2009, 2010 foi o ano do congelamento dos salários na Administração Pública. Concomitantemente ou por consequência disto, no sector privado o crescimento real dos salários foi fraco, tendo-se mesmo assistido na Região Autónoma dos Açores à paralisação do processo negocial tendente à actualização do CCT (Contrato Colectivo de Trabalho) dos trabalhadores das IPSS/Misericórdias em 2010, logo dos respectivos vencimentos, que ficaram também aqui congelados.

Recorde-se que logo no início do ano transacto, o Governo da República apresentou o Programa de Estabilidade e Crescimento 2010/2013, que mereceu profundas críticas dos sindicatos na medida em que aí se defendia a redução da despesa com algumas prestações da segurança social, uma política de congelamento de salários na Administração Pública e a contenção dos investimentos públicos.

Não obstante aquele PEC-2, a situação económica, financeira e social do País foi-se agravando ao longo do ano ao ponto de ter levado o Governo da República a apresentar no final de Setembro um novo conjunto de medidas de contenção da despesas pública ainda mais penalizadoras dos trabalhadores portugueses – o PEC-3, a saber:

- Novo congelamento em 2011 das remunerações dos trabalhadores da Administração Pública cujos valores fossem iguais ou inferiores a 1.500,00€ mensais;
- A redução entre 3,5% e 10% dos salários dos trabalhadores da Administração Pública superiores àquele patamar;
- O congelamento de todas as pensões, mesmo as mais baixas, incluindo a pensão social;
- A redução do leque de pessoas beneficiárias do abono de família e das prestações do Serviço Nacional de Saúde;
- O agravamento da carga fiscal; etc., etc.

A par do anúncio deste conjunto de medidas, assistiu-se no final do ano passado a declarações do Governo da República apelando igualmente a um congelamento ou mesmo redução salarial no sector privado para 2011.

Este novo conjunto de medidas veio agravar ainda mais as condições de vida dos trabalhadores da Administração Pública e das IPSS/Misericórdias, bem como dos trabalhadores em geral, e comprometer o desenvolvimento do País, atirando-o para uma potencial situação de recessão económica em 2011.

A apresentação deste novo PEC-3 veio demonstrar, por outro lado, a incapacidade do Governo de levar à prática uma eficiente gestão de recursos na Administração Pública.

Perante tal ataque brutal aos direitos e condições de vida dos trabalhadores, o SINTAP não teve assim outra alternativa senão de avançar para a Greve Geral do dia 24 de Novembro.

Este quadro geral teve igualmente repercussões negativas sobre o desenvolvimento da negociação colectiva no sector privado, assistindo-se na Região Autónoma dos Açores, repita-se, ao bloqueamento do processo de negociação colectiva do CCT dos trabalhadores das IPSS/Misericórdias.

No plano regional, em contraste com o panorama nacional traçado, merece-nos, contudo, destaque positivo o anúncio e aprovação da remuneração compensatória para os trabalhadores da Administração Pública com salários situados entre os 1.500 e os 2.000 Euros.

O Sintap/Açores manifestou-se oportunamente favorável a tal medida, lamentando apenas o facto de a mesma não ter sido tornada extensível a todos os trabalhadores da Administração Pública Regional, Local e mesmo Central na Região.

A preocupação social que parece ter sido o móbil do Governo Regional na implementação de tal remuneração compensatória é por isso merecedora de relevo e nota positiva na medida em que pronuncia uma atenção e predisposição dos órgãos do Governo Própria da Região para a necessidade de salvaguarda dos rendimentos e das condições de vida dos trabalhadores nos Açores, sempre onerados pelos sobrecustos da insularidade.

Igualmente, há a registar a sensibilidade e abertura demonstradas por algumas Câmaras Municipais da Região, entre elas, as de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, para as questões sociais quando em 2010 acederam ao nosso apelo de realizarem as progressões gestionárias dos respectivos trabalhadores que adquiriram tal direito nesse ano.

Traçado o quadro nacional e regional em que os sindicatos e os trabalhadores se movem, importa ter presente que o mesmo não deve constituir um obstáculo insuperável àquilo que deve ser o papel dos sindicatos na construção da respectiva política de defesa dos legítimos direitos e interesses dos trabalhadores que representam.

O Sintap, consciente das dificuldades que o País e a Região atravessam, entende que o seu papel de defesa dos legítimos direitos e interesses dos trabalhadores que representa sai ainda mais responsabilizado e reforçado.

Neste contexto, o Sintap/Açores entende que, à semelhança do que se fez no documento reivindicativo anterior, a FESAP/SINTAP deverá suscitar e desenvolver diligências a nível nacional tendentes a:

1. CONTESTAR EM SEDE DO PODER JUDICIAL E DO PROVIDOR DE JUSTIÇA, a medida contida no OGE para 2011 de redução/regressão dos vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública com salários superiores a 1.500€.

2. À REGULAMENTAÇÃO DA MOBILIDADE INTERNA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, de modo a permitir uma melhor redistribuição e gestão dos recursos humanos no seu seio e a evitar assim o surgimento de circunstâncias propiciadoras à adopção de discursos sobre a necessidade de se proceder à rescisão unilateral de contratos de trabalho no sector público.

3. À IMPLEMENTAÇÃO DA FIGURA DA PRÉ-REFORMA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, como forma de redução concertada e amigável dos efectivos eventualmente excedentários.

4. À SIMPLIFICAÇÃO E AGILIZAÇÃO DO SIADAP, procurando-se reforçar os meios de defesa dos trabalhadores no respectivo processo de avaliação e desempenho, tornando-o simultaneamente mais ágil e transparente.

5. À REVISÃO DAS CARREIRAS NÃO REVISTAS, cuja manutenção impede em absoluto, e de forma injusta, a progressão de trabalhadores que há muito atingiram o topo das respectivas carreiras.

Suscitadas que estão estas questões a nível nacional, cabe agora ao Secretariado Coordenador Regional do Sintap/Açores enunciar e apresentar aos Órgãos de Governo da Região Autónoma dos Açores e às Uniões das IPSS/Misericórdias dos Açores o conjunto de preocupações que constitui o nosso Caderno Reivindicativo para 2011.

Ei-las!

1. SOBRE AS CARREIRAS NÃO REVISTAS (como sejam as de Informática, de Fiscal de Obras, de Inspeção das Actividades Económicas, do Trabalho, da Segurança Social, dos Fiscais Municipais) – face à existência de um número apreciável de trabalhadores em situação de congelamento total das respectivas progressões nestas carreiras há já longos anos (congelados no 1º escalão da última categoria da respectiva carreira por não poderem beneficiar da norma excepcional prevista no art. 11º, n.º 1 do DL n.º 26/2008/A, de 24 de Julho), impõe-se proceder à sua revisão urgente de modo a ultrapassar os actuais constrangimentos de que são vítimas.

2. REABERTURA IMEDIATA DO PROCESSO NEGOCIAL DO CCT DOS TRABALHADORES DAS IPSS/Misericórdias – de modo a que nessa sede se possam desbloquear impasses laborais actualmente existentes, como sejam:

- a) **O DA ACTUALIZAÇÃO SALARIAL QUE TENHA AO MENOS EM CONTA AS PERDAS PROVOCADAS PELA TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL REGISTADA NOS AÇORES;**
- b) **O DA NECESSIDADE DA REVISÃO URGENTE DA RESPECTIVA TABELA REMUNERATÓRIA EM VIRTUDE DE SE VERIFICAR AÍ UM PROGRESSIVO ESMAGAMENTO DOS SEUS VENCIMENTOS NA FAIXA DOS NÍVEIS REMUNERATÓRIOS CORRESPONDENTES AO SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL** – preocupa-nos o facto de 30% dos níveis remuneratórios da Tabela Remuneratória dos trabalhadores das IPSS/Misericórdias corresponderem já ao valor do salário mínimo regional em virtude de não se ter procedido a quaisquer actualizações remuneratórias nos últimos anos;
- c) **O DA REVALORIZAÇÃO REMUNERATÓRIA DO PESSOAL DA CARREIRA TÉCNICA SUPERIOR DAS IPSS/Misericórdias** – a existência de técnicos licenciados em Educação de Infância que auferem vencimentos substancialmente superiores em relação a outros colegas igualmente técnicos superiores e licenciados tem criado um ambiente de injustiça e revolta que, por ser incompreensível e injustificável, urge ultrapassar através de revalorização profissional e remuneratória destes últimos.

3. HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO – é uma área que importa reivindicar a adopção de medidas adequadas, por se continuar a verificar deficits em matéria de observância e respeito pelas mais elementares regras de segurança, higiene e saúde nos locais de trabalho.

4. CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO DOS TRABALHADORES RECLASSIFICADOS/RECONVERTIDOS PARA EFEITOS DE REPOSICIONAMENTO REMUNERATÓRIO NA TABELA ÚNICA - entre 2004 e 2008 verificaram-se vários casos de reclassificações/reconversões profissionais de trabalhadores da Administração Pública, numa carreira para a outra, das quais não resultaram quaisquer melhorias remuneratórias, isto é, aqueles trabalhadores continuaram a auferir os mesmos vencimentos que tinham anteriormente. Por razões de justiça e mesmo de legalidade, o Sintap/Açores continua a reivindicar que nestes casos, e apenas nestes, seja contado o respectivo tempo de serviço anterior à reclassificação/reconversão para efeitos do primeiro reposicionamento remuneratório a que se refere o art. 11º do DLR nº. 26/2008/A, de 24 de Julho. O recurso aos tribunais será aqui equacionado caso a caso.

5. FALTA DE PESSOAL NÃO DOCENTE NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REGIÃO - o Sintap/Açores tem vindo a alertar o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Educação, para o facto das Escolas da Região lutarem com falta de pessoal Assistente Operacional na área da Acção e Apoio Educativo, carências essas que, em alguns casos, põem mesmo em causa a segurança dos próprios alunos e o normal funcionamento das escolas, havendo aqui a necessidade de se adoptar uma política de reforço destes recursos humanos. O esforço redobrado exigido aos actuais profissionais do sector está gerando situações de desgaste e stress que urge ultrapassar.

6. TRABALHADORES DAS CASAS DO POVO DA REGIÃO - o Sintap/Açores continua à espera da prometida aplicação da Remuneração Complementar/Subsídio de Insularidade aos trabalhadores das Casas do Povo não abrangidos pela Portaria N.º. 193/79,

de 21 de Abril, bem como do descongelamento da progressão indiciária das respectivas carreiras.

7. NECESSIDADE DE REVISÃO E REVALORIZAÇÃO DA TABELA DE VALORES DA REMUNERAÇÃO COMPLEMENTAR – nos últimos anos o Governo Regional tem-se esforçado por actualizar, em valores percentuais substancialmente mais elevados dos que os da inflação anual registada, o complemento de pensão atribuído aos pensionistas regionais sem que o mesmo tenha acontecido com a Remuneração Complementar (vulgo, subsídio de insularidade), que tem sido apenas alvo de actualização anual com base na percentagem de aumentos salariais fixada para a Administração Pública (em virtude dos congelamentos remuneratórios recentes, não tem sido pois alvo de qualquer actualização). Sem prejuízo da continuação de tal política em relação ao complemento de pensão, e como a remuneração complementar abrange um leque de trabalhadores da Administração Pública com salários inferiores a 1.300€, o Sintap/Açores reivindica a necessidade de se proceder a uma revisão da respectiva tabela de valores de modo a obter-se aí uma maior justiça e equidade social.

8. FORMAÇÃO PROFISSIONAL – Sintap/Açores alerta para a importância que a lei (DL n.º 50/98, de 11 de Março) e o Plano Regional do Emprego (PRE) dão à qualificação e formação profissional dos trabalhadores da Administração Pública como forma de garantir a prestação de mais e melhor serviço público aos nossos concidadãos, aí se garantindo que o direito a essa formação se deve fazer anualmente. Neste sentido, o Sintap/Açores pede e espera que o Governo Regional, na esteira dos compromissos assumidos aquando da aprovação do PRE no Conselho Regional da Concertação Estratégica, crie as condições necessárias para que os trabalhadores do sector público possam aceder anualmente à formação profissional a que têm direito.

O Sintap/Açores sempre se procurou afirmar na Região como um sindicato construtivo e conseqüente, de diálogo e de procura permanente de soluções em sede de concertação social, sem contudo enjeitar o recurso a outras formas de luta mais incisivas quando e apenas tal se afigure estritamente necessário.

Neste contexto, podem os demais protagonistas sociais contar com o Sintap/Açores como um arceiro sempre disponível **como parte da solução e não do problema**, na procura das soluções que melhor se ajustem à defesa e à afirmação da dignidade dos trabalhadores da Administração Pública e do Serviço Público que representam na Região.

Açores, ____ de Janeiro de 2011

O Secretariado Coordenador Regional
do SINTAP/Açores